

ATA Nº 2

No dia 17 de março de dois mil e vinte e cinco, pelas 13 horas, nas instalações da ESEL, polo Calouste Gulbenkian, o júri do Concurso Especial de Acesso e Ingresso do Estudante Internacional aos Ciclos de Estudos de Licenciatura e Mestrado em Enfermagem da ESEL, do Ano Letivo 2025/2026. -----

Estiveram presentes os seguintes membros do júri: -----

- Presidente: Florinda Laura Ferreira Rodrigues Galinha de Sá -----
- 1ª Vogal: Maria de Fátima Graça Frade -----
- 2ª Vogal: Maria do Rosário dos Santos Figueiredo Pinto da Paz Batista -----

A presente reunião tem como ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

- Conferir as candidaturas rececionadas e respetiva documentação; -----

Iniciou-se a reunião com a análise das candidaturas ao Concurso Especial de Acesso e Ingresso do Estudante Internacional aos Ciclos de Estudos de Licenciatura e Mestrado em Enfermagem. -----

- Licenciatura em Enfermagem: doze (12) candidaturas; -----
- Processo N.º 132 Jordão Lukoki Mavamba -----
Processo N.º 143 Anastácia Nelsone José Mbofana -----
Processo N.º 147 Thamara Soares Lopes -----
Processo N.º 153 Paula Luzinira da Silva Francisco -----
Processo N.º 158 Berley da Conceição Martins -----
Processo N.º 164 Fátima Gomes Arsénio -----
Processo N.º 174 Baiucana Alberto Capecalon -----
Processo N.º 175 Latifa António Madeva -----
Processo N.º 177 Maria Eduarda Cardoso Speciato -----
Processo N.º 178 Violeta Isabel Paulo Augusto -----
Processo N.º 188 Tiago Ferreira -----
Processo N.º 195 Caroline Santos Machado -----

- Mestrado em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica: quatro (4) candidaturas. -----
Processo N.º 135 Rosita Fernandes Nunes -----
Processo N.º 139 Esperança Margareth Manuel Sebastião Agostinho -----
Processo N.º 152 Irati Gonzalez Landa -----
Processo N.º 183 Josefina Simba Mataia da Costa -----

Não foram apresentadas candidaturas aos restantes mestrados. -----

Verificadas as candidaturas, salienta-se a ausência de documentos para a correta validação das mesmas, nas/os candidatas/os abaixo discriminadas/os. -----

• **Curso de Licenciatura em Enfermagem**-----

Nº cand.	Nome	Documentação em falta
143	Anastácia Nelsone José	<p>Comprovativo de que a qualificação académica faculta, no país em que foi obtida, o acesso ao ensino superior, devidamente validado pela entidade competente desse país e comprovativo da classificação obtida (Alínea c), artigo 8º, Capítulo II do Regulamento). Os documentos comprovativos da qualificação académica devem ser visados pelos serviços consulares com a aposição da Apostila de Haia pela autoridade competente do Estado de onde é originário o documento (Ponto 3, artigo 8º do Capítulo II do Regulamento).</p> <p>Auto declaração da posse do pré-requisito exigido pelo ciclo de estudos a que o estudante se candidata ou documento validado por médico inscrito na Ordem dos Médicos Portuguesa (Alínea e), ponto 2, artigo 8º do Capítulo II do Regulamento)</p>

158	Berley da Conceição Martins	<p>Declaração, sob compromisso de honra, de que o candidato não tem nacionalidade portuguesa nem está abrangido por nenhuma das condições elencadas nas alíneas do n.º 4 do artigo 1.º do presente regulamento (Alínea b), ponto 2, artigo 8º do Capítulo II do Regulamento).</p> <p>Auto declaração da posse do pré-requisito exigido pelo ciclo de estudos a que o estudante se candidata ou documento validado por médico inscrito na Ordem dos Médicos Portuguesa (Alínea e), ponto 2, artigo 8º do Capítulo II do Regulamento).</p>
164	Fátima Gomes Arsénio	<p>Declaração, sob compromisso de honra, de que o candidato não tem nacionalidade portuguesa nem está abrangido por nenhuma das condições elencadas nas alíneas do n.º 4 do artigo 1.º do presente regulamento (Alínea b), ponto 2, artigo 8º do Capítulo II do Regulamento) não está corretamente preenchida.</p>
174	Baiucana Alberto Capecalon	<p>Comprovativo de que a qualificação académica faculta, no país em que foi obtida, o acesso ao ensino superior, devidamente validado pela entidade competente desse país e comprovativo da classificação obtida (Alínea c), artigo 8º, Capítulo II do Regulamento). Os documentos comprovativos da qualificação académica devem ser visados pelos serviços consulares com a aposição da Apostila de Haia pela autoridade competente do Estado de onde é originário o documento (Ponto 3, artigo 8º do Capítulo II do Regulamento).</p>

		<p>Os documentos comprovativos da qualificação académica de acesso ao ensino superior devem possuir as classificações, sendo que as usadas para a candidatura são as obtidas no ano civil ou nos três anos civis anteriores ao da candidatura (Ponto 4, artigo 4.º, Capítulo II do Regulamento).</p> <p>Auto declaração da posse do pré-requisito exigido pelo ciclo de estudos a que o estudante se candidata ou documento validado por médico inscrito na Ordem dos Médicos Portuguesa (Alínea e), ponto 2, artigo 8º do Capítulo II do Regulamento)</p>
175	Latifa António Madeva	<p>Declaração, sob compromisso de honra, de que o candidato não tem nacionalidade portuguesa nem está abrangido por nenhuma das condições elencadas nas alíneas do n.º 4 do artigo 1.º do presente regulamento (Alínea b), ponto 2, artigo 8º do Capítulo II do Regulamento).</p> <p>Comprovativo de que a qualificação académica faculta, no país em que foi obtida, o acesso ao ensino superior, devidamente validado pela entidade competente desse país e comprovativo da classificação obtida (Alínea c), artigo 8º, Capítulo II do Regulamento). Os documentos comprovativos da qualificação académica devem ser visados pelos serviços consulares com a aposição da Apostila de Haia pela autoridade competente do Estado de onde é originário o documento (Ponto 3, artigo 8º do Capítulo II do Regulamento).</p>

		Auto declaração da posse do pré-requisito exigido pelo ciclo de estudos a que o estudante se candidata ou documento validado por médico inscrito na Ordem dos Médicos Portuguesa (Alínea e), ponto 2, artigo 8º do Capítulo II do Regulamento).
188	Tiago Ferreira	Os documentos comprovativos da qualificação académica de acesso ao ensino superior devem possuir as classificações, sendo que as usadas para a candidatura são as obtidas no ano civil ou nos três anos civis anteriores ao da candidatura (Ponto 4, artigo 4.º, Capítulo II do Regulamento).
195	Caroline Santos Machado	Os documentos comprovativos da qualificação académica de acesso ao ensino superior devem possuir as classificações, sendo que as usadas para a candidatura são as obtidas no ano civil ou nos três anos civis anteriores ao da candidatura (Ponto 4, artigo 4.º, Capítulo II do Regulamento).

• **Curso de Mestrado em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica**

Nº cand.	Nome	Documentação em falta
135	Rosita Fernandes Nunes	Certificado de reconhecimento específico de grau e diploma estrangeiro nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto (Alínea b), artigo 10.º, capítulo III do Regulamento).
139	Esperança Margareth Manuel Sebastião Agostinho	Certificado de reconhecimento específico de grau e diploma estrangeiro nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto (Alínea b), artigo 10.º, capítulo III do Regulamento).

152	Irati Gonzalez Landa	<p>Declaração, sob compromisso de honra, de que o candidato não tem nacionalidade portuguesa nem está abrangido por nenhuma das condições elencadas nas alíneas do n.º 4 do artigo 1.º do presente regulamento (Alínea c), ponto 2, artigo 12º do Capítulo III do Regulamento) não está corretamente preenchida.</p> <p>Certidão comprovativa da titularidade do grau de licenciado em Enfermagem, indicando a respetiva classificação final, devidamente validado pela entidade competente do país emissor (Alínea c), ponto 2, artigo 12º, capítulo III do Regulamento).</p> <p>Certificado de reconhecimento específico de grau e diploma estrangeiro nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto (Alínea b), artigo 10.º, capítulo III do Regulamento).</p> <p>Certidão de domínio independente da língua portuguesa (nível B2, de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas) ou se comprometam a atingi-lo nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 5.º (Alínea c), artigo 10º, capítulo III do Regulamento).</p>
183	Josefina Simba Mataia da Costa	<p>Certificado de reconhecimento específico de grau e diploma estrangeiro nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto (Alínea b), artigo 10.º, capítulo III do Regulamento).</p>

Face às inconformidades detetadas, o júri solicitará ao Núcleo de Gestão Académica, que notifique estas/es candidatas/os, para que remetam os documentos em falta até dia 19 de março, via correio eletrónico (suporteacademicaeg@esel.pt / suporteacademicaepg@esel.pt). -----

E nada mais havendo a acrescentar foi dada por terminada a reunião pelas 14 horas lavrando-se a presente ata, assinada pela Presidente, nos termos do art.º 34º do CPA.-----

A Presidente de Júri